



# **TERMO DE REFERÊNCIA**

**N.º 007/SEMAP/2026**

## **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**n.º 1-175/2026/SEMAP**

## **UNIDADE CONTRATANTE**

**Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária**

### **1. INTRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

#### **1.1. Da definição do objeto:**

- 1.1.1. Fornecimento de refeições prontas, no formato de marmitas, para atender as necessidades da Administração Pública Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.1.2. A descrição do item e a quantidade de aquisição encontram-se no Anexo I deste Termo de Referência.
- 1.1.3. O Estudo Técnico Preliminar é um documento preparatório ao Termo de Referência, sendo que na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

#### **1.2. Da estimativa do valor da contratação e preço(s) máximo(s):**

- 1.2.1. O custo estimado da contratação, bem como o(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) e do(s) grupo(s), quando for o caso, consta(m) no Anexo I deste Termo de Referência.

#### **1.3. Da classificação do objeto:**

- 1.3.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 166 de 1º de setembro de 2023.
- 1.3.2. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

#### **1.4. Da vigência da contratação:**

- 1.4.1. A contratação vigorará por período de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sendo prorrogável por até 10 (dez) anos, conforme as condições estabelecidas no contrato e na legislação vigente.
  - 1.4.1.1. O objeto desta contratação é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando a justificativa pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
  - 1.4.1.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

**SEMAP**

Site: [www.cabixi.ro.gov.br](http://www.cabixi.ro.gov.br) | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: [agricultura.cabixi@gmail.com](mailto:agricultura.cabixi@gmail.com)





- a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;
- b) demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação;
- d) renovação e/ou complementação da garantia da contratação, se for o caso.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A fundamentação e a descrição da necessidade da contratação encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- 5.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados no tópico Descrição dos Requisitos da Contratação do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **6. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

O fornecimento das refeições prontas (marmitex) ocorrerá de forma contínua e sob demanda, conforme as necessidades das Secretarias Municipais requisitantes, mediante solicitação formal, ordem de fornecimento ou outro instrumento hábil equivalente.

6.1.2. As marmitas deverão ser entregues no mesmo dia da solicitação, em horário previamente definido pela Secretaria requisitante, respeitando as condições de qualidade, quantidade e especificações constantes neste Termo de Referência.

6.1.3. As entregas poderão ocorrer de forma parcelada ao longo da vigência contratual, não havendo obrigatoriedade de fornecimento de quantitativo mínimo diário.

6.1.4. Caso não seja possível realizar a entrega na data ou horário solicitados, a CONTRATADA deverá comunicar o CONTRATANTE com antecedência mínima de 5 (cinco) dias consecutivos, devidamente justificada, para análise pela Secretaria requisitante, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

### **6.2 Do local de retirada:**

- 6.2.1 As refeições prontas (marmitex) serão retiradas diretamente no estabelecimento da CONTRATADA, por servidor previamente designado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária – SEMAP e

**SEMAP**

Site: [www.cabixi.ro.gov.br](http://www.cabixi.ro.gov.br) | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: [agricultura.cabixi@gmail.com](mailto:agricultura.cabixi@gmail.com)





pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, mediante requisição formal emitida pela respectiva Secretaria.

### **6.3 Das condições de fornecimento e retirada:**

- 6.3.1 As refeições prontas (marmitex) deverão ser disponibilizadas pela CONTRATADA em condições adequadas de higiene, conservação, acondicionamento e consumo, sendo avaliadas no momento da retirada pelo servidor responsável da SEMAP ou da SEMOSP.
- 6.3.2 Não serão aceitas refeições com embalagens violadas, mal acondicionadas, com aparência, odor ou temperatura inadequados, ou que apresentem qualquer indício de desconformidade com as normas sanitárias vigentes.
- 6.3.3 O número do empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil deverá constar na respectiva nota fiscal, que deverá estar rigorosamente compatível com a quantidade de refeições efetivamente fornecidas mediante requisição.
- 6.3.4 Constatada qualquer irregularidade no momento da retirada, a CONTRATADA deverá proceder à substituição imediata das refeições recusadas, sem ônus adicional para a Administração.
- 6.3.5 O mero recebimento das refeições não caracteriza aceitação definitiva, podendo ser recusadas posteriormente caso seja constatada desconformidade com as especificações deste Termo de Referência.
- 6.3.6 A CONTRATADA deverá observar integralmente as normas sanitárias expedidas pela ANVISA e pela Vigilância Sanitária local, especialmente quanto à manipulação, preparo, acondicionamento e armazenamento de alimentos. %20armazenamento%20de%20alimentos.

### **6.4 Do prazo de validade:**

- 6.4.1 Esta exigência aplica-se à presente contratação, devendo as refeições prontas (marmitex) ser fornecidas dentro do prazo adequado para consumo, observadas as condições de preparo, acondicionamento e conservação, conforme as normas sanitárias vigentes.
- 6.4.2 As refeições deverão ser preparadas no mesmo dia do fornecimento, não sendo admitido o fornecimento de alimentos reaquecidos, reaproveitados ou fora das condições adequadas de consumo.
- 6.4.3. No momento da retirada, as refeições deverão apresentar condições satisfatórias de temperatura, aparência, odor e integridade da embalagem, sob pena de recusa pelo servidor responsável. CONTRATADA deverá garantir a utilização do(s) item(ns) do objeto durante sua validade.

### **6.5 Da substituição do objeto:**

- 6.5.1 A CONTRATADA deverá fornecer as refeições prontas (marmitex) em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta vencedora e na respectiva requisição emitida pela Secretaria requisitante.
- 6.5.2 Serão recusadas e deverão ser substituídas, sem ônus para a Administração, as refeições que apresentarem quaisquer das seguintes inconformidades:

- a) desacordo com o cardápio, porção, composição ou padrões de qualidade estabelecidos;
- b) condições inadequadas de higiene, acondicionamento, temperatura, aparência, odor ou sabor;
- c) embalagens violadas, danificadas ou que comprometam a segurança alimentar;
- d) fornecimento em desacordo com a requisição expedida pela Secretaria requisitante.

6.4.3. Constatada a inconformidade no momento da retirada ou da conferência, a CONTRATADA deverá proceder à substituição imediata da refeição recusada, no prazo máximo a ser definido pelo fiscal do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

### **6.6 Da garantia contratual:**





6.6.1. Considerando que o objeto da presente contratação consiste no fornecimento de refeições prontas (marmitex), de consumo imediato, não será exigida garantia contratual nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

6.6.2. A qualidade, conformidade e segurança das refeições serão verificadas no ato da retirada, cabendo à fiscalização do contrato recusar aquelas que não atendam às especificações deste Termo de Referência, da proposta vencedora ou da respectiva requisição.

6.6.3. Aplica-se, no que couber, o disposto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), especialmente quanto à responsabilidade por vícios de qualidade que tornem o produto impróprio para consumo.

## **7 DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO**

7.1 É vedada a subcontratação ou a transferência, total ou parcial, do objeto da contratação, bem como a participação de empresas em consórcio, considerando a natureza do objeto, que envolve o fornecimento direto de refeições prontas (marmitex), cuja execução exige controle sanitário, padronização e fiscalização direta pela Administração.

## **8 DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1 O recebimento das refeições prontas (marmitex) será realizado de forma imediata, no ato da retirada, por servidor designado pelas Secretarias requisitantes (SEMAP e SEMOSP), mediante conferência da quantidade, conformidade com a requisição emitida e verificação das condições de qualidade, higiene, acondicionamento e temperatura.

8.2. O recebimento ocorrerá mediante ateste na requisição ou documento equivalente, que servirá de base para a posterior liquidação da despesa.

8.3. Constatada qualquer inconformidade no momento do recebimento, a refeição será recusada, aplicando-se o disposto no item referente à substituição do objeto, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8.4. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios de qualidade, quantidade ou segurança alimentar, nos termos da legislação vigente.

## **9 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1 acompanhar, fiscalizar e orientar a execução do objeto, dirimindo dúvidas e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento da contratação;

9.1.1 proceder à retirada das refeições prontas (marmitex) no estabelecimento da CONTRATADA, por meio de servidor previamente designado pelas Secretarias requisitantes, mediante requisição formal, realizando a conferência quanto à quantidade, conformidade e condições de consumo no ato da retirada;

9.1.2 rejeitar, no todo ou em parte, as refeições que não estejam em conformidade com as especificações do Termo de Referência, da proposta vencedora ou da requisição emitida, comunicando a CONTRATADA para imediata substituição, quando cabível;

9.1.3 comunicar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas durante a execução contratual, para adoção das medidas corretivas pertinentes;





9.1.4 efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente às refeições efetivamente fornecidas e aceitas, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

9.1.5 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, nem por danos causados a terceiros decorrentes de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, em seus Anexos e na proposta vencedora, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e, ainda:

**10.1.1.** fornecer as refeições prontas (marmitex) em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, cardápio, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora;

**10.1.2.** disponibilizar as refeições para retirada no seu estabelecimento comercial, nos dias e horários previamente definidos, mediante apresentação de requisição emitida pela Secretaria requisitante;

**10.1.3.** emitir a respectiva nota fiscal correspondente às refeições efetivamente fornecidas, contendo a identificação do número do empenho, autorização de fornecimento ou instrumento hábil equivalente;

**10.1.4.** considerar os preços propostos completos e suficientes para o fornecimento do objeto, não sendo admitida qualquer reivindicação de pagamento adicional decorrente de erro, omissão ou má interpretação de sua parte;

**10.1.5.** arcar com todos os encargos previdenciários, fiscais, comerciais, trabalhistas, tributários, custos com insumos, embalagens, mão de obra, utensílios descartáveis (quando exigidos), transporte interno, higiene, segurança alimentar e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o fornecimento das refeições;

**10.1.6.** responder integralmente pela qualidade, quantidade, validade, segurança alimentar, condições de higiene, acondicionamento, temperatura e demais características das refeições fornecidas, observando as normas sanitárias e técnicas aplicáveis;

**10.1.7.** substituir imediatamente, sem ônus para a Administração, as refeições recusadas por desconformidade com este Termo de Referência, com a proposta vencedora ou com a requisição emitida;

**10.1.8.** manter, durante toda a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

**10.1.9.** indenizar o CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos ou danos decorrentes de dolo ou culpa relacionados à execução do objeto, nos termos do artigo 120 da Lei nº 14.133/2021;

**10.1.10.** não subcontratar o objeto da contratação, salvo se houver autorização expressa neste Termo de Referência;





**10.1.11.** prestar a garantia legal prevista na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que couber ao objeto contratado;

**10.1.12.** cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, quando aplicável;

**10.1.13.** comunicar formalmente à Secretaria requisitante qualquer alteração de endereço, telefone, e-mail ou demais dados cadastrais durante a vigência do contrato.

## **11 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**11.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do art. 115 da referida Lei.

**11.2.** A execução das obrigações decorrentes desta contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) como fiscal(is) do contrato, ou por seus respectivos substitutos, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**11.3.** Compete ao fiscal do contrato acompanhar e verificar:

- a) o fornecimento das refeições conforme as requisições emitidas pelas Secretarias requisitantes;
- b) a conformidade das refeições com as especificações técnicas, quantitativos, cardápio e padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência;
- c) a regularidade das notas fiscais apresentadas para fins de pagamento.

**11.4.** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, indicando eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos, bem como determinando as providências necessárias à sua regularização, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**11.5.** O fiscal do contrato comunicará à autoridade competente, em tempo hábil, as situações que demandem decisão ou providências que extrapolem sua competência, conforme art. 117, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

**11.6.** A CONTRATADA será obrigada a substituir imediatamente, às suas expensas, as refeições fornecidas em desacordo com este Termo de Referência, com a proposta vencedora ou com a requisição emitida, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**11.7.** A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade em razão da fiscalização exercida pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

**11.8.** Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução da contratação, não se transferindo à Administração qualquer responsabilidade por tais encargos, conforme art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

**11.9.** As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser realizadas, preferencialmente, por escrito, admitindo-se o uso de correio eletrônico (e-mail) para comunicações operacionais e rotineiras.



**11.10.** O recebimento das refeições será considerado válido após a conferência, pelo servidor responsável, da quantidade fornecida e da conformidade com a requisição emitida, não excluindo a responsabilidade da CONTRATADA por eventuais vícios ou desconformidades identificadas posteriormente.

## **12 DO PAGAMENTO**

**12.1.** O pagamento será efetuado mensalmente, de forma proporcional às refeições efetivamente fornecidas, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, no prazo de até **30 (trinta) dias consecutivos**, contados da data do ateste.

**12.1.1.** O ateste será realizado com base nas requisições emitidas pelas Secretarias requisitantes e na conferência das quantidades efetivamente retiradas, constituindo-se este procedimento como condição para a liquidação da despesa.

**12.2.** A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal em conformidade com a legislação tributária vigente, sob pena de devolução para correção e suspensão do prazo de pagamento.

**12.2.1.** Na hipótese de existência de erros na nota fiscal ou de qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA promova as devidas correções, reiniciando-se o prazo após a regularização, respeitada a ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.

**12.3.** Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, conforme orientações dos órgãos fiscais e fazendários competentes.

**12.4.** A retenção prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 não será realizada caso a CONTRATADA apresente declaração de enquadramento no Simples Nacional, nos termos da legislação aplicável, a qual deverá ser atualizada sempre que necessário.

**12.4.1.** Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil para fins de retenção de tributos federais, as notas fiscais não deverão conter retenção de PIS, COFINS e CSLL, nos termos da legislação vigente.

**12.5.** Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios ou instrumentos congêneres, os pagamentos ficarão condicionados ao efetivo repasse dos recursos pelo órgão concedente.

**12.6.** Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos poderão ser atualizados com base na variação do **Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, apurado pelo IBGE, a contar do término do prazo legal para pagamento até a data do efetivo pagamento.

**12.7.** Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá informar os dados bancários (banco, agência e conta corrente) em nome próprio, não sendo admitido pagamento por meio de boleto bancário.

**12.8.** Os pagamentos serão efetuados exclusivamente em relação às refeições efetivamente fornecidas e aceitas, não sendo devido qualquer valor por quantitativos não requisitados.

## **13 DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO**

**13.1** Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir da **data do orçamento estimado**, fixada em //2026, nos termos do artigo 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.





13.2. Decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, mediante solicitação formal da CONTRATADA, pela aplicação do **Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

13.2.1. O reajuste incidirá exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2.2. O pedido de reajuste deverá ser protocolizado junto à Secretaria requisitante até o término da vigência contratual ou até a formalização de eventual prorrogação, sob pena de preclusão do direito.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

13.4. Na hipótese de atraso ou de não divulgação do índice de reajuste, será utilizada a última variação oficialmente divulgada, procedendo-se ao ajuste definitivo quando da publicação do índice correspondente.

13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que venha a ser determinado pela legislação vigente ou, na sua ausência, outro índice oficial que melhor reflita a variação dos custos do objeto contratado, mediante formalização por apostila.

13.6. O reajuste de preços será formalizado por **simples apostila**, dispensada a celebração de termo aditivo, nos termos da legislação vigente.

## **14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

14.1 Não haverá a exigência da garantia de execução contratual.

## **15 DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018 (LGPD)**

15.1 A CONTRATADA fica obrigada a:

- a) cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) no âmbito de suas atribuições legais;;
- b) cumprir com o estabelecido pelo CONTRATANTE para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto adquirido;
- c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução da presente contratação, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- d) não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
- e) notificar o CONTRATANTE em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- f) fornecer informações úteis ao CONTRATANTE sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;





- g) implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

## 16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 A CONTRATADA que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento ou na legislação atinente à execução do objeto ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei n.º 14.133/21, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal n.º 166/2023 e alterações:

16.1.2 **ADVERTÊNCIA ESCRITA** em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

16.1.3 **MULTA** por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pelo CONTRATANTE, seguindo, ainda a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:

16.1.3.1 para inconformidade **LEVE**, será aplicada multa na razão de **0,5% (cinco décimos por cento) ao dia**, sobre o valor global do item/grupo, **até 30 (trinta) dias de atraso, podendo**, justificadamente, ser **cancelada a nota de empenho**, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, nas seguintes situações:

- a) pela não entrega da documentação exigida para o certame, nos prazos previstos;
- b) pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

16.1.3.2 para inconformidade **MODERADA**, será aplicada multa de **10% (dez por cento)**, sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser **cancelada a nota de empenho**, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, nas seguintes situações:

- a) pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;
- b) pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) pela subcontratação de serviços quando não permitidos.

16.1.3.3 para inconformidade **GRAVE**:

16.1.3.3.1 será aplicada multa de **15% (quinze por cento)**, sobre o valor global do item/grupo, pela não celebração da contratação ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.3.3.2 será aplicada multa de **0,10% (dez décimos por cento)**, ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, **até o limite de 30% (trinta por cento)**, pelo atraso injustificado na entrega do objeto, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;

16.1.3.3.3 será aplicada multa de **15% (quinze por cento)** da parcela inadimplida, podendo, também, ser **cancelada a nota de empenho**, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente.







16.1.3.4 para inconformidade **GRAVÍSSIMA**:

16.1.3.4.1 **será aplicada multa de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho**, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, pela inexecução total do objeto.

16.1.3.4.2 **será aplicada multa de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho**, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

16.1.4 quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, **até o limite de 30% (trinta por cento)**.

16.1.5 **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Municipal pelo **prazo de até 3 (três) anos**, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

- a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- b) dar causa à inexecução total ou parcial do objeto;
- c) dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar a contratação ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

16.1.6 **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Municipal pelo **prazo de até 6 (seis) anos**, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução da contratação;
- b) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013;
- f) ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima **ou** 2 (duas) infrações enquadradas como grave **ou** 3 (três) infrações enquadradas como moderada aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor em conformidade com o Decreto Municipal nº 21.763/21 e alterações **ou** 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, **ou**, independente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.

16.1.7 **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que

**SEMAP**





será concedida sempre que a executora ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

16.2 Será facultada à CONTRATADA, nos termos da lei, apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste Termo de Referência.

**16.3 As multas e seu pagamento não eximirão a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.**

16.4 Caso a multa não seja quitada em até 15 (quinze) dias contados da emissão da DAM, estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

16.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **17 DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados a Prefeitura Municipal de Cabixi pela seguinte classificação orçamentária:

17.1.2 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

17.1.2.1 Recursos do Município de Cabixi:

Unidade Orçamentária: 0700 – Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária  
Projeto/Atividade: 2055 Apoio a Produção Agrícola, à Pecuária e a Piscicultura –  
Elemento de Despesa: 33.90.30 Material de Consumo

**Ficha Orçamentária: 322 R\$55.462,50**

Unidade Orçamentária: 0700 – Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária  
Projeto/Atividade: 1014 Realização do Concurso leiteiro  
Elemento de Despesa: 33.90.30 Material de Consumo

**Ficha Orçamentária: 322 R\$3.187,50**

Unidade Orçamentária: 0800 – Secret. Munic. de Obras e Serv. Públicos Projeto Atividade:  
2064 – Conservação De Estradas Vicinais  
Elemento de Despesa: 33.90.30.00– Material De Consumo

**Ficha Orçamentária: 358 R\$85.000,00**

17.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 Esclarecimentos técnicos referentes ao objeto deste Termo, na Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, de segunda à sexta-feira das 07h00min às 13h00min, em dias úteis.

18.2 Fazem parte deste Termo de Referência:

- a) Anexo I - Descrição do(s) item(ns) e quantidade(s) da contratação.
- b) Anexo II - Forma e critérios de seleção do fornecedor.

18.3 Termo de referência elaborado por:

**SEMAP**

Site: [www.cabixi.ro.gov.br](http://www.cabixi.ro.gov.br) | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: [agricultura.cabixi@gmail.com](mailto:agricultura.cabixi@gmail.com)







*(Documento assinado eletronicamente)*

**Lucimar de Fatima Ramos**

Agente Administrativo

Aprovo este Termo de Referência e atesto sua conformidade às disposições do Decreto Municipal n.º 166, de 1º de setembro de 2023.

*(Documento assinado eletronicamente)*

**Edegar Zolinger**

Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária

Dec. n.º 015/2025

*(Documento assinado eletronicamente)*

**Evaldo Zolinger**

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Dec. n.º 010/2025



**SEMAP**

Site: [www.cabixi.ro.gov.br](http://www.cabixi.ro.gov.br) | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: [agricultura.cabixi@gmail.com](mailto:agricultura.cabixi@gmail.com)







# ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA

## DESCRIÇÃO DO(S) ITEM(NS) E QUANTIDADE(S) DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Preço Unitário Máximo
1	MARMITEX – Fornecimento de refeição pronta, acondicionada em embalagem individual adequada para alimentos, destinada ao atendimento das necessidades dos servidores da SEMAP e SEMOSP em atividades externas e ações institucionais. As marmitas deverão conter, no mínimo, arroz ou outro carboidrato, feijão ou leguminosa equivalente, proteína de origem animal e acompanhamento, garantindo variedade e equilíbrio nutricional.	und	6.760	R\$21,25





## ANEXO II - DO TERMO DE REFERÊNCIA

### FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### a) 1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

1.2 Da divisão da licitação: Adjudicação por item.

#### b) CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DAS PROPOSTAS

##### 2.1. Da documentação técnica:

2.1.1 A(s) licitante(s) provisoriamente classificada(s) em primeiro lugar deverá(ão) apresentar, no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro, podendo ser prorrogado, nos termos do Edital, a seguinte documentação:

a) **Alvará de Saúde**, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal, **em vigor**, ou **Licença**, expedida pela Vigilância Sanitária Estadual, **em vigor**, **em nome da licitante**, compatível com a atividade de **preparo e fornecimento de refeições prontas**.

2.1.2. A documentação exigida poderá ser apresentada em **original ou cópia legível**, inclusive em **formato digital**, por meio do sistema eletrônico do certame.

##### 2.2 Material informativo, catálogo ou prospecto técnico:

2.2.1 Não haverá a exigência de documentação técnica nesta contratação. Não haverá a exigência de material informativo, catálogo ou prospecto técnico para encaminhar em anexo à proposta de preços para esta contratação.

#### 3 DA HABILITAÇÃO

3.2 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 2 (duas) horas** a contar da solicitação feita pelo Pregoeiro, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

3.3 A habilitação da(s) licitante(s) mais bem classificada(s) em relação à habilitação jurídica, à habilitação fiscal, à habilitação trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica poderão ser verificados por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangido.

3.4 Ressalvado o disposto no subitem acima, a(s) licitante(s) mais bem classificada(s) deverá(ão) encaminhar a seguinte documentação para fins de habilitação:

##### 3.4.1 Habilitação Jurídica

- Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;





- c) **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- d) **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- e) **No caso de agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.
- f) **No caso de produtor rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- g) **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.4.1.1 Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

#### 3.4.2 Habilitação Técnica:

- a) **Comprovação de capacidade técnica,** por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado neste Termo de Referência, com clara menção da execução bem-sucedida, relativamente ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo.

#### 3.4.3 Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual,** admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal,** admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) **Certidão de Regularidade do FGTS,** admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- f) **Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas - CNDT,** para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por

**SEMAP**

Site: [www.cabixi.ro.gov.br](http://www.cabixi.ro.gov.br) | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: [agricultura.cabixi@gmail.com](mailto:agricultura.cabixi@gmail.com)





meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

- g) **Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.4.3.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3.4.3.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3.4.4 Habilitação Econômico-financeira:

- a) **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, **caso se trate de pessoa física**, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de **sociedade simples**;
- b) **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), **caso se trate de pessoa jurídica**.
- c) **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

3.4.1 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

3.4.1.1 O cumprimento dos índices econômicos previstos neste item poderá ser comprovado por meio de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, ou por meio de verificação na Calculadora Financeira do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

3.4.1.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.4.1.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.4.1.4 As empresas desobrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital – ECD e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis,

**SEMAP**

Site: [www.cabixi.ro.gov.br](http://www.cabixi.ro.gov.br) | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: [agricultura.cabixi@gmail.com](mailto:agricultura.cabixi@gmail.com)







extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

3.4.1.5 Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital – ECD deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital, Demonstração de Resultado do Exercício e as Notas Explicativas.

3.4.1.6 Será dispensado do Microempreendedor Individual (MEI) a apresentação de balanço patrimonial/abertura e demonstrações contábeis, bem como a exigência dos índices contábeis, nos termos do art. 1179, §2º do Código Civil e art. 68 da Lei Complementar nº 123/2006.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Cabixi, RO, 28 de janeiro de 2026

*(Documento assinado eletronicamente)*

**Edegar Zolinger**

Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária  
Dec. n.º 015/2025

*(Documento assinado eletronicamente)*

**Evaldo Zolinger**

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Dec. n.º 010/2025







## Município de Cabixi

22.855.159/0001-20  
Av. Tamoios  
www.cabixi.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Termo de Referência</b>	<b>RETIFICADO</b>	<b>29/01/2026</b>

ID: **291934**

CRC: **9C69C6AA**

Processo: **1-175/2026**

Usuário: **Lucimar de Fatima Ramos**

Criação: **29/01/2026 07:15:00** Finalização: **29/01/2026 07:17:29**

Processo



Documento



MD5: **0CC265B7270543D0DCCF6444D963AD5F**

SHA256: **53A1033BB5FB12B352A33DD5CD5B478F9F977C850726D90F86ADAB7C2C34AE4E**

Súmula/Objeto:

**Termo de Referência.**

### INTERESSADOS

Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária	CABIXI	RO	29/01/2026 07:15:00
--	--------	----	---------------------

### ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE REFEIÇÃO TIPO MARMITEX	29/01/2026 07:15:00
-------------------------------------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS



Lucimar de Fatima Ramos

Agente Administrativo/Dir Dep de Cont  
Orçamentário

29/01/2026 07:18:11

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 84/2023.



Edegar Zolinger

Secretário de Agricultura

29/01/2026 07:46:59

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 84/2023.



Evaldo Zolinger

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

29/01/2026 08:56:33

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 84/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.cabixi.ro.gov.br](http://transparencia.cabixi.ro.gov.br) informando o ID 291934 e o CRC 9C69C6AA.